

Comunitário alerta: “Casas do Residencial Salvação vão desabar”

Foto-Marilson Andrade faz a denúncia sobre Residencial-Com a construção do Residencial Salvação, do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, centenas de famílias solucionaram seus problemas de moradia, pelo menos aparentemente. Porém, devido a morosidade do governo, as casas ainda não foram entregues, e por conta disso, a carne e a cerveja que muitos guardavam para festejar a “nova morada”, estragou e teve que ser jogada fora. Como a esperança é a última que morre, ainda tem gente que espera um dia ver a família reunida nas casas do projeto “Minha Casa, Minha Vida”.

Enquanto isso não acontece, o lado paralelo da habitação popular continua crescendo e aumentando seus tentáculos. Uma área ao lado do Shopping Tapajós, na Rodovia Fernando Guilhon, foi ocupada e até denominada de “Ocupação do Juá”.

Uma situação que tornou-se regular, nesta época de crise política. Em meio a toda essa turbulência, o líder comunitário Marilson Andrade declarou na redação do jornal O Impacto, que as casas de áreas ocupadas são muito mais seguras que as do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, situadas em frente à área do Juá, onde mais de 700 famílias estão instaladas.

As casas da área de ocupação, apesar de serem feitas em sua maioria, de maneira precária, são fruto do suor de cada um que está no terreno que eles tomaram posse. Quanto às casas do “Residencial Salvação”, conforme citou o líder comunitário, “correm risco de desabar, pode esperar daqui mais um ano, que toda aquela estrutura vai sofrer as consequências por ter sido mal construída, e pode ter até vítimas fatais”, alertou Marilson.

BURITI RECLAMA ÁREA: Este problema da Empresa Buriti estar reclamando ser a dona da área, já se arrasta há vários anos. Posse esta contestada pelo líder comunitário Marilson Andrade, “A Buruti impetrou pedido na justiça, no ano de 2014, porém, a área não pertence à empresa”, citou Marilson. “Nós temos como provar esse fato; a própria família que sabemos ser dona da área não entrou com pedido de retirada das famílias que estão lá”, declarou.

Em meio a esse mar de dilemas urbanos, Marilson se mostra tranquilo, em uma ilha de tranquilidade, respaldado pelo tempo que vivem na área. “Quem pediu nossa retirada foi a Buriti, não a família dona da área. Então, é uma ação judicial que para nós é inválida”, finalizou Marilson Andrade.

SISTEMA DE DRENAGEM NECESSITA DE CORREÇÕES: Em vistorias realizadas há mais de uma semana, em dias de chuva intensa no município de Santarém, fiscais da Semma (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) observaram que o sistema de drenagem de água pluviais do Residencial Salvação ainda necessita de correções.

“Nós estamos avaliando agora. Já temos uma leitura preliminar desse procedimento, porque nós tínhamos que esperar um período mais intenso de chuvas. Nós observamos que há necessidade de fazermos umas correções ainda no processo de drenagem, mas essas correções, na nossa avaliação, são possíveis de serem executadas após o licenciamento, porque elas não interferem no comportamento e na vida do próprio empreendimento. Nós vamos emitir a licença somente quando a licença de operação da ETE do Mapiri for publicada, porque essa é uma das condicionantes”, declarou Podalyro Neto, titular da Semma.

No ano passado, após as primeiras adequações no sistema de drenagem de águas pluviais do Residencial, recomendadas pelo órgão ambiental, os fiscais da Semma também observaram problemas e a empresa “EmCasa” foi novamente notificada a fazer correções. Além das correções, a empresa cavou piscinões na parte da frente do empreendimento, para minimizar o impacto

da enxurrada na tubulação que leva as águas pluviais até o Lago do Juá.

Os piscinões estão funcionando a contento, mas outras questões que precisam ser revistas pela construtora, considerando que o Residencial recebe contribuição de bairros que ficam na parte mais alta, como Conquista e Alvorada, que drenam água para aquela área nos dias de chuva mais forte.

O secretário municipal de Meio Ambiente, ressalta que ao receber contribuição dos bairros a montante, a velocidade com que a água corre naquela área em dias de chuva é maior que antes da implantação do Residencial, porque houve supressão da vegetação para a construção das casas. Antes, a vegetação amortecia a descida das águas, impedindo que houvesse uma lavagem superficial mais forte.

Embora as correções que serão recomendadas pela Semma não representem impedimento para concessão da licença de operação ao empreendimento, Podalyro Neto lembra que o documento não será liberado sem antes o Estado publicar a licença de operação da Estação de Tratamento de Esgoto do Mapiri.

“Temos que levar em consideração que cerca de 15 mil usuários serão assentados no Residencial. É quantitativo considerável, por isso é importante que a licença já esteja pronta e a ETE funcionando. Ela está recebendo hoje uma carga ainda pequena, está passando por testes. Então, saindo essa licença de operação, a Semma recebe esse documento e avança no licenciamento do empreendimento, para que as famílias possam habitar suas casas após a entrega pelo governo federal”, frisou Podalyro Neto.

Em janeiro de 2014, quando o sistema de drenagem do residencial estava começando a sair do papel, houve sério dano ambiental ao Lago do Juá. Um grande volume de água e material sólido desceu do Residencial num dia de chuva torrencial. Sem árvores e sem vegetação rasteira para diminuir a velocidade da

enxurrada, grande quantidade de material sólido do residencial foi carregado pela enxurrada para o leito do lago, deixando a água com coloração amarelada e contribuindo para o processo de assoreamento do manancial.

Por Carlos Cruz

Fonte: RG 15/0 Impacto

Publicado por Folha do Progresso fone para contato Cel. TIM:
93-981151332 / (093) WhatsApp (93) 984046835 (Claro) Fixo:
9335281839 *e-mail para contato:
folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br